

## Prova de Contabilidade Pública Comentada – TCE-PR Analista de Controle (área Contábil)



*Pessoal, a seguir comentamos a prova de Contabilidade Pública aplicada no concurso do TCE-PR para o cargo de analista de controle (área Contábil). A prova não estava fácil, mas coerente com o nível do cargo. Das 10 questões da prova, **encontrei possibilidade de recursos em 3 questões!***

*Comentamos todos os itens da prova! São **50 itens comentados**. Trata-se de uma excelente forma de estudar/revisar alguns pontos da disciplina.*

*Avante!*

- 
- 1.** (CESPE/Analista de Controle/Contabilidade/TCE-PR/2016) Acerca da contabilidade aplicada ao setor público, assinale a opção correta.
- a) De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o sistema de contabilidade deve permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços mercantis e o levantamento de relatórios que possibilitem a identificação de desvios de recursos públicos.
- b) O plano de contas aplicado ao setor público é obrigatório a todos os órgãos e a todas as entidades da administração direta e indireta dos entes da Federação.
- c) Com a finalidade de controlar a execução do gasto público, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que sejam elaborados o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal, dispensando-se versões simplificadas desses documentos.
- d) As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) devem ser observadas por todos os entes públicos ao elaborarem as informações contábeis.
- e) O resultado orçamentário é obtido na comparação entre receita realizada e despesa executada, ao passo que o resultado financeiro depende dos saldos financeiros do início e do final do exercício social.
- 

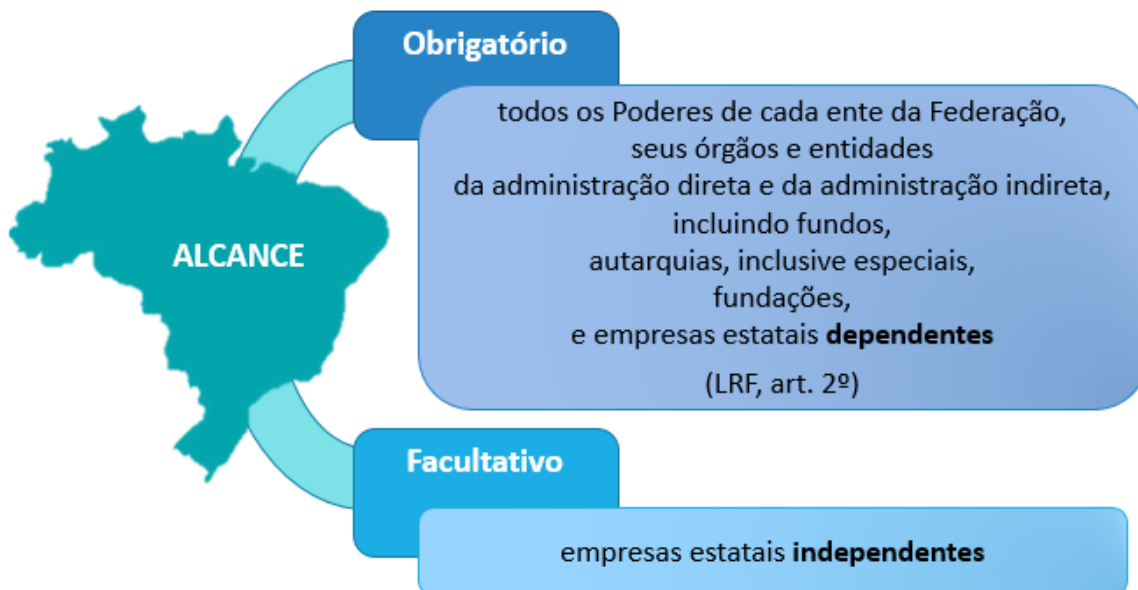
Vamos analisar as assertivas.

- a. **Errado.** Segundo a Lei nº 4.320/64,

*Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços **industriais**, o levantamento **dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.***

O assunto foi estudado na aula 13.

- b. **Errado.** O alcance do PCASP basicamente pode ser resumido no seguinte esquema:



Veja que o PCASP não é obrigatório para as empresas estatais independentes, entidades da administração indireta.

O assunto foi estudado na aula 6.

c. **Errado**. Segundo a LRF,

*Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e **as versões simplificadas desses documentos.***

O assunto foi estudado na aula 11.

d. **Errado**. Nem todos os entes públicos possuem a obrigação de aplicar as NBCASP ao elaborar as informações contábeis. Algumas entidades, a exemplo das estatais independentes (Correios, Caixa Econômica Federal, etc), elaboram suas informações contábeis, evidenciadas nas demonstrações contábeis, sem observar as NBCASP, mas sim a legislação societária.

O assunto foi estudado na aula 0.

e. **Certo**. Perfeito! Realmente ao confrontarmos a receita realizada com a despesa executada chegamos ao resultado orçamentário

evidenciado no balanço orçamentário. Ademais, segundo o art. 103 da Lei nº 4.320/64,

***O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.***

Observe que o BF evidencia o saldo em espécie proveniente do exercício anterior. Trata-se da “rapa do tacho”, o resto de grana (caixas e equivalentes de caixa, na linguagem técnica) que sobrou do exercício anterior.

Além disso, na coluna dos dispêndios, é evidenciado o saldo que se transfere para o exercício seguinte. Ao confrontarmos esses dois saldos chegamos ao resultado financeiro

Gabarito: E

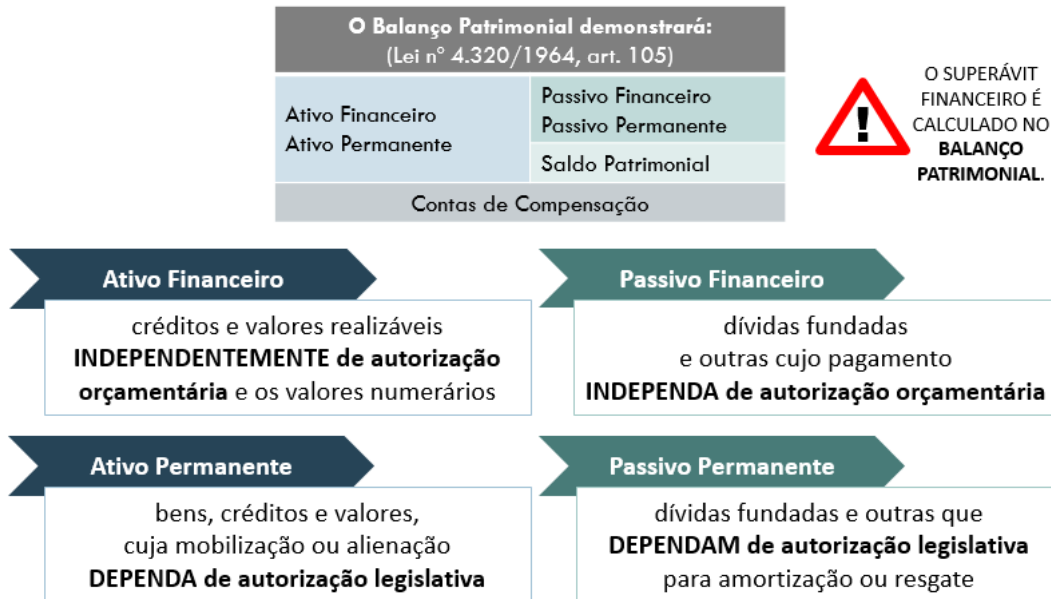
---

**2.** (CESPE/Analista de Controle/Contabilidade/TCE-PR/2016) Considerando as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), sexta edição, acerca do balanço patrimonial, assinale a opção correta.

- a) O ativo financeiro compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
  - b) O art. 106 da Lei n.º 4.320/1964 dispõe que entidades governamentais são proibidas de reavaliar ativos.
  - c) Passivo financeiro corresponde às obrigações relativas a despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou não, que ainda não tenham sido pagas, bem como às despesas submetidas a processo de execução orçamentária, como as cauções.
  - d) Ao final do exercício social, devem ser iguais os valores dos ativos — valores da classe 1 — e os valores dos passivos e do patrimônio líquido — valores da classe 2.
  - e) O balanço patrimonial é composto pelos seguintes quadros: principal; ativos e passivos financeiros e de compensação; contas de controle; e quadro de superávit/déficit financeiro.
- 

Vamos analisar as assertivas.

a. **Errado.** Em nosso curso inserimos o seguinte esquema sobre o balanço patrimonial:



O ativo financeiro compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação **independa** de autorização legislativa.

b. **Errado.** Segundo o art. 106, §3º, da Lei 4.320/64, poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis. Destacamos isso em nosso curso (aula 13).

*Art. 106, § 3º Poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis.*

Na oportunidade inserimos o seguinte destaque:

*Por fim, destacamos o §3º o qual estabelece a possibilidade de reavaliação dos bens móveis e imóveis. Essa sistemática é diferente do que prescreve a legislação societária, a qual proíbe a reavaliação. Logo, não confunda esse detalhe.*

c. **Errado.** As obrigações relativas a despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou não, que ainda não tenham sido pagas são os restos a pagar. Segundo o art. 92 da Lei 4.320/64, os restos a pagar compõem a dívida flutuante e, portanto, o passivo financeiro. Até aqui o item está certo. No entanto, as cauções (concedidas), apesar de também integrar a dívida flutuante, são despesas extraorçamentárias, vale dizer, não se submetem ao processo de execução orçamentária. Daí a incorreção do item.

d. **Certo**. Para identificar a correção desse item, bastava você lembrar que o balanço patrimonial possui duas colunas que devem possuir valores iguais: a coluna do ativo (classe 1 do PCASP) e a coluna do passivo + PL (classe 2 do PCASP). Assim, ao final do exercício social, devem ser iguais os valores dos ativos — valores da classe 1 — e os valores dos passivos e do patrimônio líquido — valores da classe 2.

e. **Errado**. Estudamos o assunto na aula 9. Segundo o MCASP, o Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros **e Permanentes**;
- c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d. Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

Aqui o examinador trocou o item acima destacado pela expressão “e de compensação”, tornando o item errado (sacanagem, não é mesmo?).

Gabarito: D

---

**3.** (CESPE/Analista de Controle/Contabilidade/TCE-PR/2016) Com base no disposto na Lei Complementar n.º 101/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção correta.

- a) Em cada período de apuração, a despesa total com pessoal não deve exceder a 50% da receita corrente líquida, no caso dos estados e municípios, e a 60%, no caso da União.
  - b) Ao contrário das despesas efetivas, as despesas não efetivas não alteram o patrimônio público, uma vez que estas se constituem de fatos contábeis modificativos.
  - c) As receitas e despesas não efetivas são computadas para o cálculo de limites globais da LRF, independentemente da entrada ou saída de caixa.
  - d) De acordo com o art. 55 da referida lei, o balanço orçamentário e o demonstrativo das receitas e despesas devem constar do relatório de gestão fiscal.
  - e) Restos a pagar correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas para as quais se tenha limite orçamentário suficiente, independentemente dos recursos de caixa disponíveis para honrar os compromissos assumidos.
-

Vamos analisar as assertivas.

a. **Errado**. O assunto é alvo de estudo em AFO. Veja o que dispõe o art. 19 da LRF:

*Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:*

*I - União: 50% (cinquenta por cento);*

*II - Estados: 60% (sessenta por cento);*

*III - Municípios: 60% (sessenta por cento).*

b. **Certo**. Na classificação quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, utilizada para fins contábeis, temos:

**Despesas Efetivas** → despesas que contribuem para a diminuição do patrimônio líquido do Estado. Constitui fato contábil modificativo diminutivo. Em geral, coincide com a Despesa Corrente. No entanto, há despesa corrente não efetiva, como, por exemplo, a despesa com a aquisição de materiais para estoque e a despesa com adiantamento.

**Despesas Não Efetivas** → aquelas que não alteram o patrimônio líquido do Estado. Constitui fato contábil permutativo. São conhecidas também por despesa por mutação patrimonial. Em geral, coincide com a Despesa de Capital.

Estudamos o assunto na aula 3.

c. **Errado**. Aqui o examinador fez uma salada para tentar confundir. Misturou entendimentos do princípio da competência com os limites globais da despesa com pessoal. Segundo o princípio da competência, as receitas e despesas devem ser reconhecidas (computadas) independentemente da entrada ou saída de caixa. Ademais, os limites globais estão relacionados às despesas com pessoal. Não há limites impostos para a receita, afinal quanto mais arrecadar melhor. Imagina se a LRF limitasse a arrecadação de receitas... a situação fiscal pioraria (mais ainda) a longo prazo.

d. **Errado**. De acordo com o art. 55 da LRF, o balanço orçamentário e o demonstrativo das receitas e despesas devem constar do **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)**.

Estudamos o assunto na aula 11.

e. **Errado**. É vedada a inscrição de RP (Não Processados) sem que haja a suficiente disponibilidade de caixa assegurada para este fim.

Estudamos o assunto na aula 3.

Gabarito: B

---

**4.** (CESPE/Analista de Controle/Contabilidade/TCE-PR/2016) Considerando as disposições das normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Lei n.º 4.320/1964, assinale a opção correta.

a) O objetivo da contabilidade aplicada ao setor público é fornecer aos usuários informações acerca dos resultados alcançados e dos aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e patrimonial da entidade do setor público, bem como suas mutações, com a finalidade de apoiar o processo de tomada de decisão e fornecer o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.

b) Conforme estabelecido nos conceitos do CFC e da Lei n.º 4.320/1964, o balanço orçamentário deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias e extraorçamentárias detalhadamente, em níveis relevantes de análise, bem como confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução.

c) Tanto a Lei n.º 4.320/1964 quanto as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 16) são de aplicação obrigatória aos entes públicos no âmbito das três esferas.

d) A Lei n.º 4.320/1964 e as normas do CFC tratam o reconhecimento da receita orçamentária de forma diferenciada: a lei pressupõe a receita orçamentária pelo regime de caixa, e o CFC pressupõe o reconhecimento por competência.

e) Diferentemente da Lei n.º 4.320/1964, que estabelece seis demonstrativos para os resultados gerais do exercício, a NBC T 16.6, editada pelo CFC, estabelece apenas os quatro seguintes demonstrativos: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais.

---



**Essa questão enseja a possibilidade de recurso.**

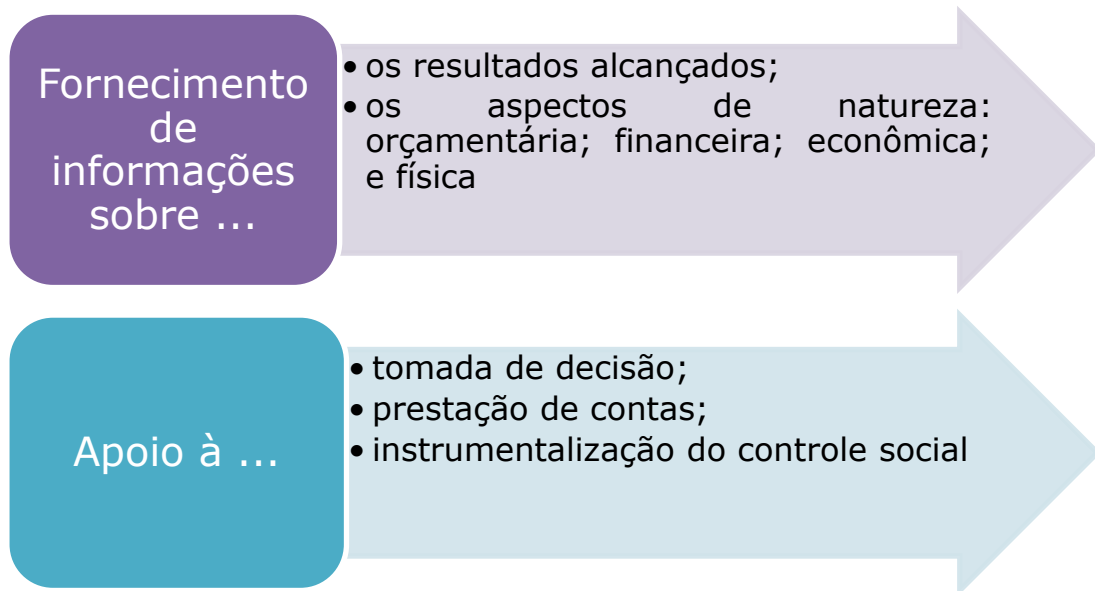
Vamos analisar as assertivas.

a. **Certo.** Nos termos da NBC T 16.1,

O **objetivo** da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é **fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social.**

Observe que a CASP possui objetivos claros, os quais podem ser esquematizados da seguinte forma:

### Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público



b. **Errado.** O item refere-se ao balanço financeiro. O balanço orçamentário, como o próprio nome indica, engloba apenas aspectos orçamentários.

c. **Errado.** Existem entidades do setor público que não aplicam obrigatoriamente todas NBCASP. Como exemplo, citamos as estatais

independentes que utilizam as NBCASP apenas para prestação de contas e instrumentalização do controle social.

d. **Errado**. Segundo o gabarito preliminar esse item está errado. No entanto, vislumbro **possibilidade de recurso**, conforme passamos a analisar:

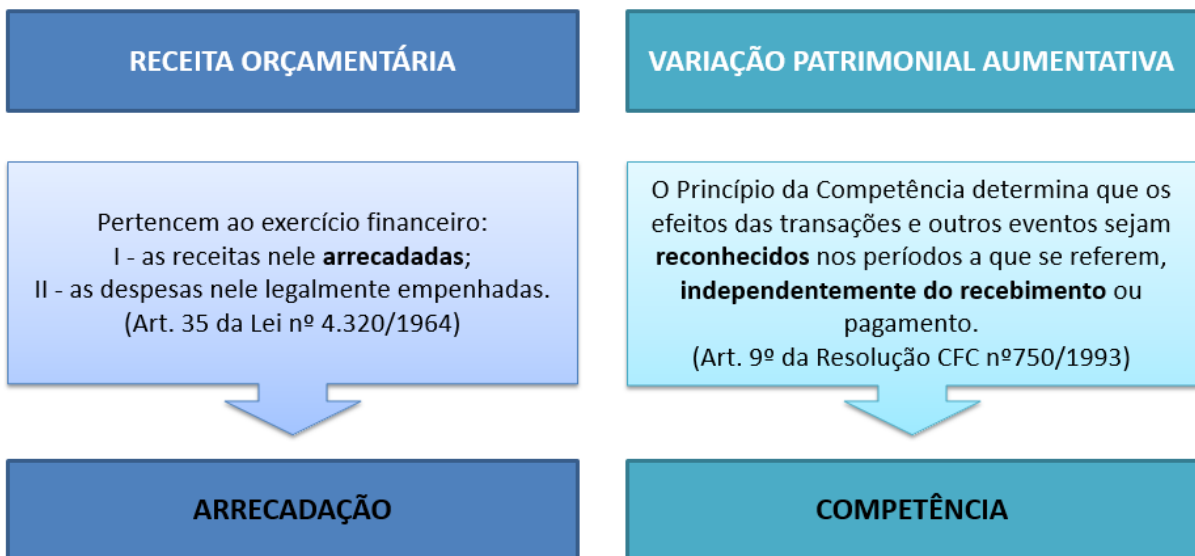
Nos termos do MCASP, além do registro dos fatos ligados à execução orçamentária, deve-se proceder à evidenciação dos fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de maneira que os fatos modificativos sejam levados à conta de resultado e que as informações contábeis permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros de determinado exercício.

Nesse sentido, a contabilidade deve evidenciar, tempestivamente, os fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, gerando informações que permitam o conhecimento da composição patrimonial e dos resultados econômicos e financeiros.

Portanto, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador, observando-se os princípios contábeis da competência e da oportunidade.

Assim, temos dois regimes aplicáveis: regime orçamentário e regime contábil (patrimonial).

O regime orçamentário está previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Já o regime patrimonial está previsto na Resolução CFC nº 750/93.



Regimes da Contabilidade Aplicada ao Setor Público					
Regime Orçamentário			Regime Contábil (Patrimonial)		
<b>Receita Orçamentária</b>	Arrecadação	Lei nº 4.320/1964 art. 35	Variação Patrimonial Aumentativa	Competência	Resolução CFC nº 750/1993

Agora, vamos voltar para o item:

*A Lei n.º 4.320/1964 e as normas do CFC tratam o reconhecimento da receita orçamentária de forma diferenciada: a lei pressupõe a receita orçamentária pelo regime de caixa, e o CFC pressupõe o reconhecimento por competência.*

Conforme vimos acima, realmente existe tratamento diverso. Enquanto a Lei 4.320/64 estabelece o regime orçamentário para as receitas (arrecadação), o CFC por meio da Resolução 750/93 estabelece o regime contábil/patrimonial em que as receitas são reconhecidas por competência, ou seja, independentemente da arrecadação.

Nesse sentido, percebe-se que o item está certo o que enseja a **anulação da questão** por conter duas opções igualmente válidas.

e. **Errado**. É o contrário! Diferentemente da **NBC T 16.6**, editada pelo CFC, que estabelece seis demonstrativos para os resultados gerais do exercício, a **Lei n.º 4.320/1964** estabelece apenas os quatro

seguintes demonstrativos: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais.

Gabarito: A

---

**5.** (CESPE/Analista de Controle/Contabilidade/TCE-PR/2016) Acerca dos demonstrativos contábeis referentes ao setor público, assinale a opção correta à luz das disposições da Lei n.º 4.320/1964.

- a) A dívida flutuante inclui os restos a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.
- b) As notas explicativas subsidiam a interpretação e a forma de utilização do superávit financeiro, bem como a reabertura de créditos especiais e extraordinários. Além disso, elas contribuem para o entendimento da influência desse superávit e dos referidos créditos no resultado orçamentário, proporcionando uma correta interpretação das informações contábeis.
- c) Quaisquer movimentações financeiras e orçamentárias em caixa de ente governamental dependem de prévia autorização do Poder Legislativo e devem constar do balanço financeiro desse ente.
- d) O balanço orçamentário deve demonstrar as receitas detalhadas por categoria de função, com especificação da previsão inicial, da previsão atualizada para o exercício, da receita realizada e do saldo correspondente a excesso ou déficit de arrecadação.
- e) A demonstração das variações patrimoniais deve evidenciar todas as alterações apuradas no patrimônio, independentemente da execução orçamentária, bem como indicar o resultado patrimonial do exercício. Assim, o resultado patrimonial do período é apurado confrontando-se variações patrimoniais qualitativas aumentativas e diminutivas.

---

a. **Errado.** Segundo o art. 92 da Lei nº 4.320/64,

*Art. 92. A dívida flutuante compreende:*

- I - os restos a pagar, **excluídos os serviços da dívida**;*
- II - os serviços da dívida a pagar;*
- III - os depósitos;*
- IV - os débitos de tesouraria.*

*Parágrafo único. O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.*

O examinador retirou a expressão acima destacada, tornando o item errado.

b. **Certo**. Segundo o MCASP, o Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que divulguem, ao menos:

a. o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante;

b. o detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário);

**c. a utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário;**

d. as atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária;

e. o procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente;

f. o detalhamento dos “recursos de exercícios anteriores” utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada;

Ainda, o MCASP expõe o seguinte:

*Recomenda-se a utilização de notas explicativas para esclarecimentos a respeito da utilização do superávit financeiro e de reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário, de forma a possibilitar a correta interpretação das informações.*

c. **Errado**. Não são todas as movimentações financeiras e orçamentárias em caixa de ente governamental que dependem de prévia autorização do Poder Legislativo. Imagina se fosse assim! O sistema ficaria totalmente engessado e o Legislativo não ia conseguir

trabalhar... o processo legislativo que já é lento entraria em colapso, não é mesmo?

d. **Errado**. Nos termos do MCASP,

*O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por **categoria econômica e origem**, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.*

Não existe “categoria de função”!

e. **Errado**. A DVP deve evidenciar todas as alterações apuradas no patrimônio, independentemente da execução orçamentária, bem como indicar o resultado patrimonial do exercício. Assim, o resultado patrimonial do período é apurado confrontando-se as variações patrimoniais **quantitativas** aumentativas e diminutivas.

Veja que o examinador trocou o termo “quantitativas” por “qualitativas”, tornando o item errado.

Gabarito: B

---

**6.** (CESPE/Analista de Controle/Contabilidade/TCE-PR/2016) De acordo com as orientações contidas no MCASP, assinale a opção correta.

a) Transferências voluntárias correspondem à entrega de recursos correntes ou de capital, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, para outro ente da Federação, com vistas ao financiamento de serviços públicos de saúde, educação e(ou) segurança.

b) O MCASP visa proporcionar maior transparência das contas públicas e uniformizar a classificação das receitas e despesas orçamentárias e intraorçamentárias, obrigatoriamente, em cada nível governamental e nas empresas estatais independentes.

c) O suprimento de fundos destina-se aos casos de despesas expressamente definidas em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, mesmo que não se tenha feito o empenho da referida despesa.

d) O MCASP foi instituído com a finalidade de facilitar o reconhecimento de receitas e despesas, possibilitar uma consolidação das contas nacionais, no âmbito das três esferas governamentais, e fornecer informações para a gestão.

e) Despesa orçamentária não efetiva é aquela que constitui fato contábil modificativo diminutivo, ao passo que despesa orçamentária efetiva constitui um fato contábil permutativo.

---

a. **Errado.** Segundo o MCASP,

*Conforme o art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, **que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS).***

O financiamento de serviços públicos de saúde, educação e(ou) segurança não se enquadram no dispositivo acima citado (art. 25 da LRF).

b. **Errado.** Segundo o próprio MCASP, seu objetivo é colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento, além de contribuir para resgatar o objeto da contabilidade como ciência, que é o patrimônio. Dessa forma, o MCASP contribui para o desenvolvimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil e apoia a instrumentalização do controle social, constituindo-se assim ferramenta primordial para o aperfeiçoamento da gestão pública.

c. **Errado.** O Suprimento de Fundos é um **adiantamento** concedido a servidor, a critério e sob a responsabilidade do Ordenador de Despesas, com prazo certo para aplicação e comprovação dos gastos. Segundo o MCASP, o suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui despesa orçamentária, ou seja, **para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento.** Apesar disso, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido. Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

d. **Certo**. Em sua parte I o MCASP estabelece os procedimentos contábeis orçamentários que facilitam o reconhecimento de receitas e despesas. Além disso, em sua parte IV o MCASP estabelece o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) que possibilita uma consolidação das contas nacionais, no âmbito das três esferas governamentais. Ademais, em sua parte V, o MCASP estabelece procedimentos relacionados às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) as quais fornecem informações para a gestão.

e. **Errado**. É o contrário: Despesa orçamentária não efetiva é aquela que constitui fato contábil permutativo, ao passo que despesa orçamentária efetiva constitui um fato contábil modificativo diminutivo.

Gabarito: D

---

**7.** (CESPE/Analista de Controle/Contabilidade/TCE-PR/2016) Ainda com relação às recomendações do MCASP, assinale a opção correta.

a) Transferências intergovernamentais voluntárias são também denominadas de intraorçamentárias e compreendem a entrega de recursos correntes ou de capital por um ente transferidor a um ente beneficiário, ou recebedor.

b) O regime de contabilidade aplicado ao setor público apresenta natureza mista, uma vez que é composto por um regime orçamentário, em que se reconhece a receita na arrecadação, e um regime contábil, em que a receita deve ser reconhecida por competência.

c) A aquisição de um imobilizado a prazo, como uma usina hidrelétrica, envolve os quatro seguintes subsistemas: de custos, orçamentário, patrimonial e financeiro.

d) No subsistema orçamentário denominado registrar, deve-se processar e evidenciar os atos e os fatos relacionados ao planejamento e às execuções orçamentária e extraorçamentária.

e) Ao reter o imposto de renda do salário do trabalhador, o sistema informatizado efetua um registro na conta caixas e equivalentes de caixa em moeda nacional (débito na conta 1.1.1.1.1.xx.xx) e na conta impostos sobre o patrimônio e a renda (crédito na conta 4.1.1.2.x.xx.xx).

---

a. **Errado**. Segundo o MCASP,

*As Transferências Intergovernamentais compreendem a entrega de recursos, correntes ou de capital, de um ente (chamado "transferidor")*



a outro (chamado "beneficiário", ou "recebedor"). Podem ser voluntárias, nesse caso destinadas à cooperação, auxílio ou assistência, ou decorrentes de determinação constitucional ou legal. Ainda sobre o conceito de transferência intergovernamental, é importante destacar que, como seu próprio nome indica, essas transferências ocorrem entre esferas distintas de governo, **não guardando relação, portanto, com as operações intraorçamentárias ocorridas no âmbito do orçamento de cada ente.**

b. **Certo.** Conforme já comentamos em outra questão (que aliás enseja recurso...), temos dois regimes aplicáveis à CASP: regime orçamentário e regime contábil (patrimonial). No regime orçamentário a receita é reconhecida na arrecadação e no regime patrimonial é reconhecida por competência.

c. **Errado.** De cara já dava para perceber o erro, pois não há subsistema financeiro. Além disso, o subsistema de custos não é afetado. Apenas os subsistemas orçamentário, patrimonial e de controle são afetados.

d. **Errado.** O item possui um flagrante erro, pois o subsistema orçamentário não registra, processa e evidencia os fatos relacionados ao planejamento e à execução extraorçamentária.

No entanto, não entendi o que a banca quis falar com "subsistema orçamentário denominado registrar". Na minha interpretação, trata-se de um erro de redação do item o que ensejaria a **possibilidade de recurso**. Creio que a redação correta do item seria a seguinte:

*No subsistema orçamentário denominado, deve-se **registrar** processar e evidenciar os atos e os fatos relacionados ao planejamento e às execuções orçamentária e extraorçamentária.*

Essa expressão "denominado registrar" ficou muito estranho. Vale questionar algo nesse sentido. Sempre quando há erro de redação a banca anula a questão.

e. **Errado.** Ao reter o imposto de renda do salário do trabalhador, o sistema informatizado efetua um registro na conta **valores restituíveis – IRPF** (débito em conta do grupo 2 - passivo) e na conta

impostos sobre o patrimônio e a renda (crédito na conta 4.1.1.2.x.xx.xx).

Gabarito: B

---

**8.** (CESPE/Analista de Controle/Contabilidade/TCE-PR/2016) Considerando que um ente tenha reduzido a alíquota de determinado imposto, decorrendo disso uma redução na receita arrecadada, assinale a opção correta acerca do registro da renúncia de receita.

a) O balanço financeiro será afetado, pois haverá registro de saída de caixa do ente federado.

b) No momento do reconhecimento do fato gerador, haverá um lançamento de natureza orçamentária e um evento de natureza financeira e patrimonial.

c) Depois de reconhecido o fato gerador, será gerada uma informação de natureza orçamentária, pois haverá um registro em créditos tributários a receber (ativo) em contrapartida a impostos sobre patrimônio e renda (receita), para cumprir o regime de competência, no valor da redução ou renúncia.

d) No momento da arrecadação, deverá haver um lançamento de natureza orçamentária e um evento de natureza financeira e patrimonial.

e) O reconhecimento da receita pelo regime de competência implicará um evento de natureza patrimonial, ao passo que, pelo regime da arrecadação, serão envolvidos um evento patrimonial, um orçamentário e um de controle.

---

A questão exige conhecimentos de contabilização da renúncia de receitas, assunto bem complexo. Tanto é verdade que até o examinador se complicou, conforme passamos a analisar.

a. **Errado.** Na renúncia de receita não há saída de caixa.

b. **Errado.** No momento do reconhecimento do fato gerador haverá um lançamento de **natureza patrimonial**:

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

C 4.1.1.2.x.xx.xx Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda

No momento da arrecadação é que haverá registro de natureza orçamentária.

c. **Errado**. Corrigindo o item, temos:

~~Depois de reconhecido~~ **No momento do reconhecimento do** fato gerador, será gerada uma informação de natureza **orçamentária patrimonial**, pois haverá um registro em créditos tributários a receber (ativo) em contrapartida a impostos sobre patrimônio e renda (receita), para cumprir o regime de competência, no valor da redução ou renúncia.

d. **Errado**. Vamos analisar o item por partes:

*No momento da arrecadação, deverá haver um lançamento de natureza orçamentária...*

No momento da arrecadação temos o seguinte lançamento (considerando o registro, no município, da renúncia de receita no momento da arrecadação\*)

Natureza da informação: orçamentária

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar

D 6.2.1.3.x.xx.xx \* Dedução da Receita Realizada

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

\* Há situação em que o registro ocorre em momento posterior ao de arrecadação.

Até aqui o item está certo.

*... e um evento de natureza financeira e patrimonial.*

Além do lançamento acima exposto, temos um registro de natureza patrimonial:

Natureza da informação: patrimonial

D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F)

C 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)

No entanto, não há evento de natureza financeira, até porque a natureza de informação patrimonial engloba as informações financeiras.

e. **Certo**. Apesar de o gabarito preliminar apontar como certo esse item, entendemos que ele está errado, pelos motivos abaixo expostos.

O MCASP nos fornece um exemplo no qual provavelmente o examinador se embasou para formular essa questão. Nesse exemplo, o MCASP destaca duas formas de contabilização, quais sejam:

*a) Registro, no município, da renúncia de receita no momento da arrecadação*

Aqui, o Manual refere-se ao reconhecimento da receita pelo regime da arrecadação (orçamentário).

*b) Registro da renúncia de receita em momento posterior ao de arrecadação.*

Aqui, o Manual refere-se ao reconhecimento da receita pelo regime de competência (patrimonial).

Vamos descrever agora o exemplo disposto no MCASP para verificar a incorreção do item:

*Suponha que um município, ao diminuir a alíquota do IPTU, causou redução de 20% na sua receita arrecadada.*

***Registro, no município, da renúncia de receita no momento da arrecadação. Valor arrecadado: R\$ 800,00.***

[Reconhecimento da receita pelo regime da arrecadação]

*No momento do reconhecimento do fato gerador:*

*Natureza da informação: patrimonial*

*D 1.1.2.2.x.xx Créditos Tributários a Receber (P) R\$ 800,00*

*C 4.1.1.2.x.xx Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda R\$ 800,00*

***No momento da arrecadação:***

Natureza da informação: **orçamentária**

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar R\$ 800,00

D 6.2.1.3.x.xx.xx \* Dedução da Receita Realizada (IPTU) R\$ 200,00

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada R\$ 1.000,00

Obs: \* Dedução de renúncia de IPTU – Retificadora da Receita Realizada.

Natureza da informação: **controle**

D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos R\$ 1000,00

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)  
R\$ 1000,00

Natureza da informação: **controle**

D 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)  
R\$ 200,00

C 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos R\$ 200,00

Natureza da informação: **patrimonial**

D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional  
(F) R\$ 800,00

C 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P) R\$ 800,00

**Registro da renúncia de receita em momento posterior ao de arrecadação. Valor arrecadado R\$ 800,00.**

[Reconhecimento da receita pelo regime de competência]

No momento do reconhecimento do fato gerador:

Natureza da informação: *patrimonial*

D 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P) R\$ 800,00

C 4.1.1.2.x.xx.xx Impostos Sobre o Patrimônio e a Renda R\$ 800,00

**Quando da arrecadação:**

Natureza da informação: **patrimonial**

D 1.1.1.1.1.xx.xx Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional  
(F) R\$ 800,00

C 1.1.2.2.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber R\$ 800,00

Natureza da informação: **orçamentária**

D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar R\$ 800,00

C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada R\$ 800,00

Natureza da informação: **controle**

D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da Disponibilidade de Recursos R\$ 800,00

C 8.2.1.1.1.xx.xx Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR)  
R\$ 800,00

Agora vamos analisar o item:

*O reconhecimento da receita pelo regime de competência implicará um evento de natureza patrimonial ao passo que, pelo regime da arrecadação, serão envolvidos um evento patrimonial, um orçamentário e um de controle.*

Conforme vimos acima nos lançamentos previstos pelo MCASP, tanto no reconhecimento da receita pelo regime de competência (patrimonial) como pelo regime da arrecadação (orçamentário) serão envolvidos um evento patrimonial, um orçamentário e um de controle.

Do exposto, percebe-se que **a questão não possui opção válida**, pois todos os itens estão errados.

**Há possibilidade de recursos!**

Gabarito: E

---

**9.** (CESPE/Analista de Controle/Contabilidade/TCE-PR/2016) À luz do disposto na LRF, assinale a opção correta.

a) O RREO inclui os demonstrativos de pessoal, das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, da receita líquida de impostos e das despesas próprias com ações e serviços públicos de saúde dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

b) Com a finalidade de evidenciar os indicadores estabelecidos pela LRF para o equilíbrio das contas públicas com relação a aspectos fiscais, os instrumentos obrigatoriamente utilizados são os relatórios de gestão fiscal (RGF), o relatório resumido da execução orçamentária (RREO) e o balanço orçamentário e patrimonial.

- c) Para se efetuar a inscrição em restos a pagar, é necessário determinar a disponibilidade financeira depois de excluídos os valores constantes nas contas de encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício, bem como observar as contas de caixas e equivalentes de cada ente federado, separando-se os compromissos vinculados.
- d) As insubsistências ativas impactam negativamente o resultado patrimonial de um ente, pois são consideradas variações patrimoniais diminutivas no orçamento e no patrimônio desse ente.
- e) A consolidação das contas nacionais, de responsabilidade da Secretaria de Tesouro Nacional, abrange todas as entidades incluídas nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos.
- 

a. **Errado**. Os seguintes demonstrativos compõem o RREO:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção;
- c) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- d) Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias;
- e) Demonstrativo do Resultado Nominal;
- f) Demonstrativo do Resultado Primário;
- g) Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão;
- h) Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;
- i) Demonstrativos das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- j) Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

Também deverão ser elaborados e publicados até trinta dias após o encerramento do **último bimestre**, os seguintes demonstrativos:

- a) Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital;
- b) Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência;
- c) Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos; e
- d) Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas.

Veja que não há “demonstrativos de pessoal”. Além disso, o demonstrativo correto é “Demonstrativos das Receitas e Despesas com

Ações e Serviços Públicos de Saúde”. Veja que não é “despesas próprias”, conforme afirma o item.

b. **Errado**. Em momento algum a LRF fala em balanço patrimonial. Os instrumentos utilizados são os relatórios de gestão fiscal (RGF) e o relatório resumido da execução orçamentária (RREO), o qual inclui o balanço orçamentário.

c. **Certo**. Exigência do art. 42 da LRF:

*Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.*

*Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.*

d. **Errado**. As insubsistências ativas impactam **positivamente** o resultado patrimonial de um ente. Exemplo de insubsistência ativa seria o cancelamento de uma dívida. Veja que nesse caso é algo benéfico, há um impacto positivo no PL.

e. **Errado**. A LRF estabeleceu a exigência de realizar-se a consolidação nacional das contas públicas. Esta competência é exercida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) por meio da publicação anual do Balanço do Setor Público Nacional (BSPN), congregando as contas da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Segundo o MCASP, a consolidação nacional abrange todas as entidades incluídas no **orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS)**, a saber:

- a. as esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios);
- b. os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); e
- c. a administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

Veja que a consolidação não engloba o orçamento de investimentos.



Gabarito: C

---

**10.** (CESPE/Analista de Controle/Contabilidade/TCE-PR/2016) No que se refere aos princípios orçamentários estabelecidos na Lei n.º 4.320/1964 e no MCASP, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade aplicado à administração pública prevê que cabe ao poder público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei orçamentária expressamente autorizar. Nesse sentido, não se deve efetuar despesa que não estiver prevista ou para a qual não haja recurso para executá-la.
  - b) O princípio da publicidade estabelece ser dever do ente público divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade.
  - c) O princípio da vinculação (afetação) da receita de impostos autoriza ao gestor que assuma um novo governo vincular os impostos conforme as necessidades da gestão que irá desenvolver, criando-se, com isso, uma obrigação definitiva para o ente federado.
  - d) Os princípios orçamentários visam prioritariamente estabelecer regras norteadoras específicas para conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de execução e controle do orçamento público.
  - e) O princípio da universalidade determina que a lei orçamentária anual compreenda todas as receitas e despesas dos poderes, dos órgãos, das entidades e das empresas controladas pelo setor público.
- 

a. **Certo.** Segundo o MCASP, o princípio da legalidade

*Apresenta o mesmo fundamento do princípio da legalidade aplicado à administração pública, segundo o qual cabe ao Poder Público fazer ou deixar de fazer somente aquilo que a lei expressamente autorizar, ou seja, se subordina aos ditames da lei.*

b. **Errado.** Segundo o MCASP, o princípio da publicidade

*Justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.*

É o princípio da **transparência** que determina, por exemplo, ao governo **divulgar o orçamento público de forma ampla à sociedade**; publicar relatórios sobre a execução orçamentária e a

gestão fiscal; disponibilizar, para qualquer pessoa, informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.

c. **Errado**. Não existe princípio da vinculação (afetação) de receitas. O correto é princípio da **NÃO-vinculação** (afetação) de receitas. Esse princípio veda vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal.

d. **Errado**. Segundo o MCASP,

*Os Princípios Orçamentários visam estabelecer regras norteadoras **básicas**, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.*

Aqui o examinador, com toda a sua maldade no coração, trocou o termo “básicas” por “específicas”, tornando o item errado. É muita sacanagem!



Gabarito: A

...

### **That's All Folk's!**

Isso é tudo, pessoal! Mais uma prova “detonada” especialmente para você que acompanha nosso trabalho aqui no Estratégia. Curta nossa página no [Facebook](#) e no [Instagram](#). Diariamente dicas exclusivas para você! Assine nosso [canal no YouTube](#)!

Um forte abraço!



**Prof. Gilmar Possati**  
*prof.possati@gmail.com*



[www.facebook.com.br/profgilmarpossati](http://www.facebook.com.br/profgilmarpossati)



Canal [Contabilizando](#)



[Instagram](#): @profgilmarpossati